

ALVAIR SILVEIRA TORRES NETO

**PRODUTIVIDADE: A LACUNA NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO BRASILEIRO**

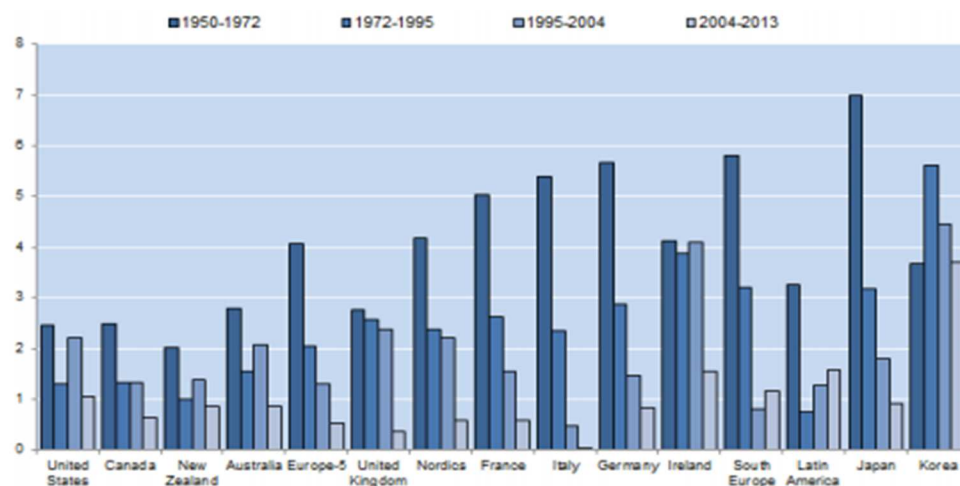
**São Bernardo do Campo
2018**

1. Introdução

A produtividade é um conceito fundamental cuja prática pode alavancar ou desacelerar a economia de um país de forma decisiva. Ela representa a habilidade de conseguir produzir mais com o uso inteligente dos recursos, levando a novas ideias e inovações tecnológicas. Inovações como a máquina a vapor, outrora causaram mudanças radicais na produção de bens e serviços, aumentando a qualidade de vida dos seres humanos. Assim como a revolução digital tem realizado no tempo atual. A produtividade é considerada o principal fator que deverá impulsionar as economias mundiais nos próximos 50 anos (OECD, 2015 p. 11). Porém, essa fonte de crescimento tem sofrido uma desaceleração em escala global.

A desaceleração global do uso inteligente de recursos pode ser observada quando analisamos o desempenho da produtividade do trabalho nos diferentes países no longo prazo em quatro períodos a partir de 1950 (gráfico1). É possível observar uma queda significativa do seu crescimento nos últimos anos.

Gráfico 1: PIB por hora trabalhada; crescimento médio anual



Fonte: OECD- The Future of Productivity, 2015

No Brasil, a produtividade do trabalho se encontra estagnada, sua taxa de crescimento entre 1982 e 2011 ficou abaixo de 1% ao ano. Além de crescer pouco, a taxa em si é baixa. Segundo Ellery (2014) enquanto a produtividade do trabalho no Brasil é de U\$ 17.295 por trabalhador, nos EUA é de U\$ 93.260, na Coreia é de U\$ 59.560 e no Chile de U\$ 30.030 por trabalhador. O crescimento da economia brasileira no último século foi fruto da extensa força de trabalho humano inserida ao longo do tempo no mercado de trabalho (DE NEGRI e CAVALCANTE, 2014, p.15). Fonte essa, que não se sustenta por conta de fatores como o envelhecimento da população e o esgotamento da reserva de trabalho. Vale ressaltar que um alto PIB não é sinônimo de um alto índice de produtividade, pois o valor pode ser resultado de

um alto número de pessoas ocupadas. Tal afirmação pode ser esquematizada pela expressão a seguir:

$$PIB = \left(\frac{PIB}{PO} \right) PO, \text{ (NEGRI e CAVALCANTE, 2014a p. 25)}$$

na qual o divisor, PO, significa pessoa ocupada e o quociente da divisão, a produtividade do trabalho. Na medida que grandes parcelas da população brasileira foram sendo inseridas no mercado de trabalho mais organizado (PO), deslocado de zonas rurais com atividades de subsistência ou do trabalho informal, o PIB do país cresceu junto com sua produtividade do trabalho (PIB/PO), por conta de mais organização dos novos setores da Indústria e Agronegócio. Porém, essa fonte de reserva expressa por PO está se esgotando.

A falta do debate mais central e profundo sobre o crescimento da produtividade no decorrer da história brasileira não é o único fator que dificulta o emprego útil dessa variável. A falta de qualificação de mão-de-obra, infraestrutura deficiente, excessos de normas e regulamentações e empreendedorismo mais voltado às relações com Estado do que com Mercado, também são fatores que contribuem para este cenário econômico no Brasil e serão aqui analisados. Aliado a esses fatores clássicos, o presente artigo introduz uma pequena contribuição sobre a questão de não termos formação de uma cultura para produtividade desde a escola, o que dificulta a compreensão, adoção e apoio das medidas tradicionais por parte da população.

2. Desenvolvimento

O artigo argumenta que a produtividade é resultado do comportamento sistêmico e econômico de vários agentes, ou seja, de um intrincado sistema. A partir daí discutimos as diversas formas de medi-la, evidenciamos a sua importância através dessas medidas e diagnosticamos formas de difusão e adoção por parte dos agentes envolvidos.

Com a proximidade das eleições de 2018, aproveitamos para discutir ações a serem propostas aos governantes na forma de políticas públicas, com o objetivo de aumentar a produtividade na economia brasileira, e promover o desenvolvimento geral do país.

2.1 A produtividade como conceito sistêmico e suas medições

A produtividade é um conceito estruturado que mede as saídas, ou seja, o produto final (bens ou serviços), em relação ao tipo de recurso utilizado durante o processamento do produto, seja ele de uma empresa, de um país ou de um posto de trabalho. Portanto, através da busca

pelo aumento da produtividade, se aperfeiçoa a organização do sistema e de seus elementos. Dessa combinação se obtém o resultado que um dado recurso possa gerar mais produto desse processamento.

Esse conceito está presente tanto em nações quanto em empresas, grandes ou pequenas. Em nações a variável em questão pode ser verificada ao analisar a quantidade de pessoas ocupadas. Um grande número delas isoladamente, como já foi demonstrado, não significa um alto grau de produtividade. É preciso relativizar com a produção. Se o mesmo número de pessoas ocupadas consegue produzir uma quantidade maior de produtos então é sinônimo de aumento da produtividade. Isso fará com que os custos diminuam, o poder aquisitivo dos salários aumente e novos negócios surjam aumentando o número de pessoas ocupadas em bases mais produtivas de um ciclo virtuoso de crescimento. O mesmo acontece em relação ao Capital, em nações ou nas empresas, levando em conta a forma como os recursos monetários são utilizados de forma mais eficiente nas instalações, materiais e insumos necessários ao processamento do produto final. A ideia é multiplicar a riqueza fazendo com que cada real investido (*input*) se torne maior após o processamento (*output*).

A produtividade se mostra em diferentes tipos de medição e representação sistêmicas. De forma geral, a base da medição é o conceito da relação *Output/Input*, que significa saída/entrada. Basicamente, é quando se avaliam as saídas (*outputs*) do sistema de processamento, que são o produto final (bens e serviços), em relação às entradas (*inputs*), que são os insumos necessários para a produção.

A partir dessa fórmula geral com foco nos recursos humanos temos a produtividade do trabalho (PT). A PT captura o valor dos produtos produzidos (*outputs*), e divide pelo número de trabalhadores. Trata-se, portanto, da medida da quantidade de riqueza gerada por cada trabalhador. Ela é influenciada pela quantidade de capital aplicado em tecnologia e de outros recursos, disponíveis aos trabalhadores, e a eficiência como eles são combinados ao trabalho. O economista Paul Krugman fez uma citação que ilustra a importância da PT: “A produtividade não é tudo, mas no longo prazo é quase tudo. A capacidade de um país de melhorar seu padrão de vida ao longo do tempo depende quase inteiramente de sua capacidade de aumentar sua produção por trabalhador” (KRUGMAN, 1994, p.11). Deduz-se então que a produtividade do trabalho é de suma importância para entendermos a melhoria da qualidade de vida ao longo do tempo, porém ela não explica tudo. O aumento da PT pode ser em função de uma grande inversão de capital em recursos tecnológicos, como máquinas, sistemas, infraestrutura, os quais também são escassos e, portanto, precisam ter sua produtividade medida. Assim, outra medida é a produtividade total dos fatores (PTF), que é uma medida residual do aumento do produto

depois de contabilizado o aporte dos recursos, especificamente o trabalho e o capital (incluindo o capital físico como as máquinas, computadores, instalações, a energia, materiais e serviços etc.). Portanto, a PTF mede a eficiência com a qual todos os insumos serão utilizados no processo de produção, descontado o efeito específico do aporte de capital e trabalho, o que Abramovitz (1956, apud NEGRI e CAVALCANTE, 2014b, p.31) chamou de “a medida da nossa ignorância”. O crescimento dela decorre da realocação, ou seja, do deslocamento de recursos de uma empresa menos eficiente para uma mais eficiente, ou da inovação, com a combinação mais organizada e eficiente de capital e trabalho. A inovação inclui o incremento de tecnologias novas no processo assim como a adoção e adaptação de tecnologias já existentes. Em longo prazo, a eficiência no uso de todos os *inputs* no país será a principal determinante das taxas de crescimento econômico.

As duas medidas analisadas parecem ter alta correlação, visto que os ganhos de eficiência medidos pela PTF deixam o trabalho mais produtivo, porém essa correlação desaparece quando os ganhos da PT resultam do acúmulo de capital, e não da PTF.

2.2 O fraco crescimento da produtividade no mundo

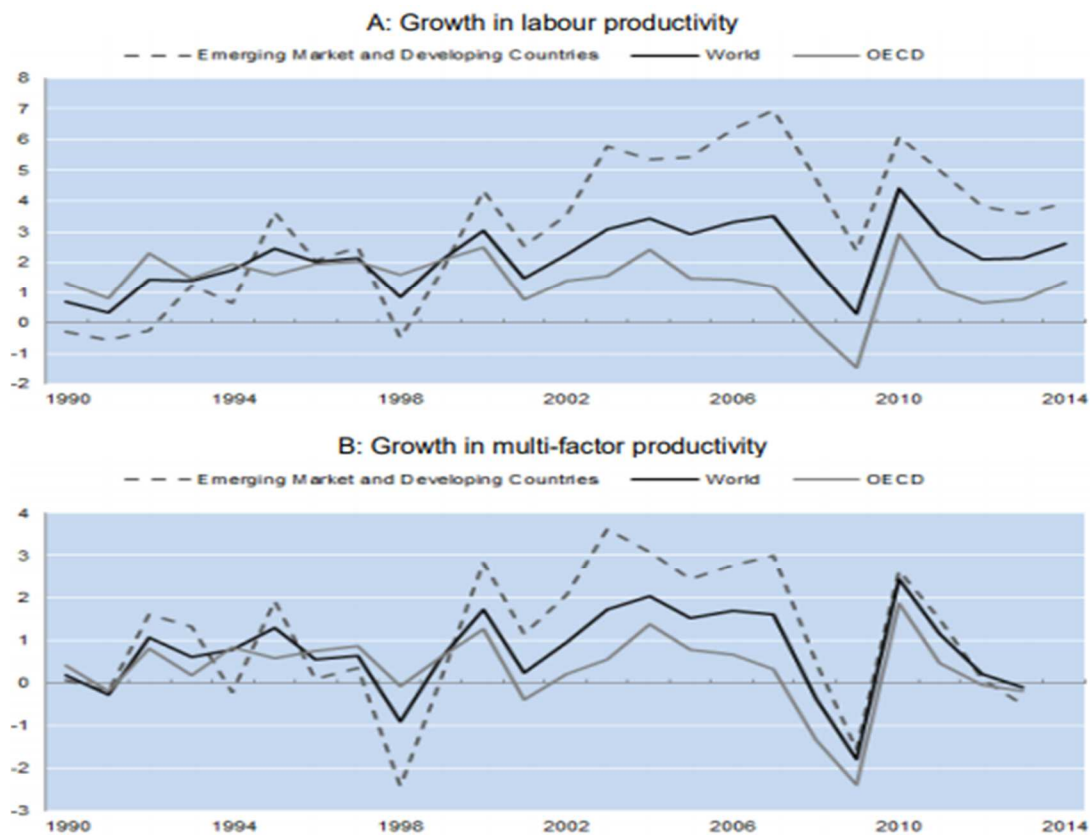
Como discutido anteriormente, o crescimento da produtividade vem acontecendo de forma desacelerada em escala global, principalmente após a crise de 2008. Até esse período a PTF e a PT vinham crescendo desde 1990, porém com a crise houve uma grande queda dessas variáveis que, apesar de estarem se recuperando, crescem mais lentamente. Esse fenômeno pode ser observado ao analisar-se o gráfico 2.

As revoluções tecnológicas trouxeram dezenas de anos de progresso com crescimento econômico, principalmente durante o período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 70, quando o Produto Mundial Bruto (PMB) per capita cresceu 3,4% anuais, e dobrava na média a cada vinte anos. Porém, no século XXI, surge a preocupação sobre o futuro apontar a desaceleração desse progresso. Desde os anos 70, a taxa anual de crescimento caiu para 1,4%. O crescimento no longo prazo, como foi debatido antes, é determinado em boa parte pela produtividade que, por sua vez, depende da sofisticação tecnológica e gerencial: das habilidades dos trabalhadores do país, da eficiência das máquinas, qualidade do gerenciamento e infraestrutura. Dos anos 40 até 60, “a produtividade nos Estados Unidos cresceu a uma taxa anual de cerca de 2%, o que dobraria a cada 35 anos. Desde então, cresceu a uma taxa em torno de 0,6%, o que exigiria mais de um século para duplicá-la.” (PINKER, 2018 p. 388).

Esse crescimento lento da produtividade em geral reflete a eficiência com a qual os insumos são utilizados e como certos países estão tendo dificuldades em adotar novas

tecnologias e/ou novas combinações trabalho-capital mais eficientes. Alguns economistas como Robert Gordon (2016 apud Begović, 2016) apontam para fatores como menos pessoas empregadas as quais sustentam cada vez mais cidadãos aposentados, a estagnação dos benefícios da educação, o crescimento da dívida pública e o aumento da desigualdade, que por sua vez reduz a demanda por bens e serviços, já que as pessoas mais ricas entesouram recursos, diminuindo a circulação para o consumo.

Gráfico 2: Crescimento da PT na linha do tempo A e Crescimento da PTF no B

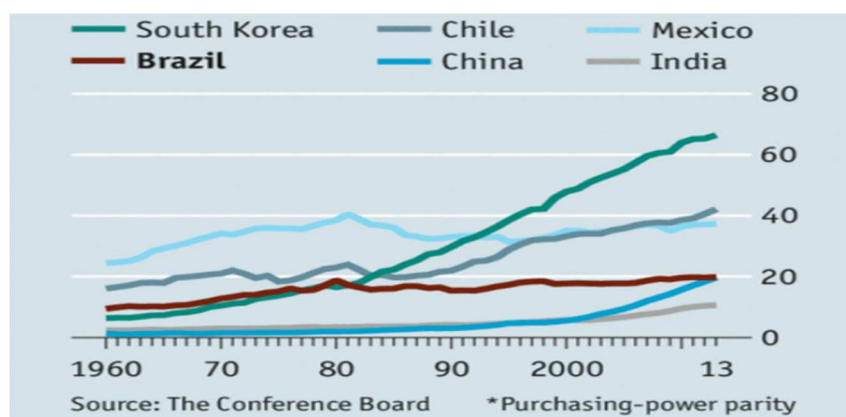


Fonte: OCDE-2015, The Future of Productivity

2.3 A produtividade no Brasil

No Brasil, como vimos, o debate sobre produtividade precisa ser retomado em novas bases como meio de solução do problema da falta de crescimento econômico. Agora, ao lado da inserção de mão-de-obra, é preciso ter a cultura da eficiência no uso dos recursos. Algo novo para a prática econômica brasileira tradicionalmente baseada na força laboral ou em políticas públicas de proteção às empresas frente à concorrência externa. Em adição a isso, dados do Gráfico 3 mostram que o trabalhador brasileiro é um dos mais improdutivos quando comparado aos de outros países emergentes, ficando acima apenas da Índia e se igualando nos últimos anos à China, porém, os asiáticos tendem ao crescimento e o Brasil está estagnado.

Gráfico 3: Produtividade do trabalho - PIB/hora trabalhada



Fonte: THE ECONOMIST, 2014. Disponível em <<https://www.economist.com/the-americas/2014/04/19/the-50-year-snooze>>.

Essa baixa produtividade do trabalhador brasileiro vem se arrastando nas últimas décadas. A cultura do atraso, das longas filas e tempos de espera já se tornaram normais em diversos locais de trabalho. Tal problema é claramente o reflexo de questões como a baixa qualidade da educação e de infraestrutura que assombram a nação há anos. Medidas para sanar efetivamente esses problemas tão conhecidos precisam ser articuladas por políticas públicas de âmbito nacional e regional para mudar a característica não-produtiva do trabalhador no Brasil.

Com relação ao crescimento da PTF no Brasil, as taxas se mostram estagnadas quando comparadas aos outros países. Entre 1970 e 2011, o país não foi capaz de acompanhar o crescimento dessa variável no resto do mundo. Nesse período, a PTF nos EUA cresceu 38%, enquanto no Brasil ela caiu perto de 10%. Ainda no mesmo período, não só os Estados Unidos tiveram aumento em sua PTF como Coréia do Sul, China e Índia também obtiveram esse crescimento, enquanto no Brasil a PTF não apresentou mudanças significativas no seu índice (NEGRI e CAVALCANTE, 2014 pp. 36-37), assim evidenciando seu estado de estagnação.

Por outro lado, as empresas brasileiras precisam ter sua qualidade de gestão melhorada para a adequada gestão dos recursos impactando positivamente ambas PT e PTF. Pesquisadores da London School of Economics, identificaram que, embora as melhores empresas do país, por sinal a minoria, sejam tão bem geridas quanto as americanas e européias, o Brasil (como a China e a Índia) tem sua grande maioria das empresas com uma pontuação muito baixa na qualidade de gestão (BLOOM et al., 2012).

Com isso em mente, pode-se perceber que os baixos índices tanto de PT quanto PTF no Brasil são reflexos de problemas que se estendem desde a gestão das empresas até a qualificação do trabalhador, sendo evidente o mau uso dos recursos necessários para produção. Isso é

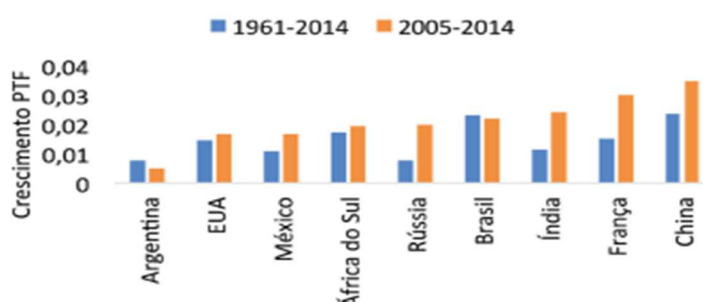
relevante porque será um desperdício se o investimento for alavancado, mas a qualidade de sua gestão perder a efetividade do ganho de produtividade.

2.4 A influência das políticas públicas

Apesar de toda a deficiência detectada na produtividade brasileira, pesquisas mostram que a PTF na produção agrícola do Brasil foi, juntamente com a China, a que mais cresceu nos últimos 55 anos, incluindo agricultura e pecuária (Banco Mundial, 2018, p. 53). Entre 2005 e 2014, o país manteve a sua taxa de crescimento da PTF nesse setor superior à da maioria dos países, figurando em quarto lugar na comparação vista no gráfico 4.

Esse crescimento da produção no setor agrícola nas últimas décadas, exemplifica os benefícios de políticas públicas eficazes. Nesse setor, elas incentivaram a inovação agrícola por meio da pesquisa, extensão e educação técnica. Complementadas por iniciativas do setor privado, ajudaram os produtores a encontrar formas de aumentar o rendimento das culturas e da pecuária, com a adaptação das tecnologias de produção às condições ecológicas e topográficas específicas dos diversos biomas brasileiros.

Gráfico 4: Crescimento da PTF agrícola – comparação entre países



Fonte: BANCO MUNDIAL - Emprego e Crescimento: A Agenda da Produtividade, 2018

Assim, o desenho de boas políticas públicas é providência legítima dos governos no fomento à produtividade das empresas nos diversos setores da economia, de forma a adaptar e aplicar inovações na produção. Isso seria benéfico não só para as grandes empresas brasileiras, como também para as pequenas e médias, uma vez que vivemos em um mundo conectado em que essas políticas serão difundidas através das tecnologias de comunicação espalhando as novidades e conhecimento.

A aplicação de novas políticas deve auxiliar na adoção de boas práticas de qualificação tanto da gestão das empresas, quanto dos seus trabalhadores, ação, longe de ser atualmente o ponto forte da produtividade brasileira, articulada com a pesquisa para melhorar a combinação

de capital e mão-de-obra, política executada pela EMBRAPA no exemplo do agronegócio e cujo princípio poderia ser expandido para toda economia contribuindo para o melhor posicionamento da PTF em relação aos outros países.

Políticas públicas já alcançam empresas brasileiras, porém, não no sentido descrito. Ao invés de incentivar pesquisas e inovações na produção, assim como fomentar a concorrência, elas protegem a empresa de forma que estimulam a acomodação no mercado, no lugar do empreendedorismo voltado ao crescimento. Não buscam investimentos em formatos de combinação mais eficiente entre o capital e a mão-de-obra. Portanto, não basta apenas a criação de novas políticas públicas. É preciso que elas sejam direcionadas e planejadas tendo em conta a necessidade do aumento da PTF.

2.5 Propostas

Um espectro ronda o mundo, o espectro da baixa produtividade e crescimento medíocre. No Brasil esse espectro ainda mais sinistro, se reveste de uma fantasmagoria (BENJAMIN, 2014), do falso empreendedorismo, percebido pela sociedade como ato do capitalismo concorrencial, mas que na verdade é um fantasma, porque não se funda na matriz de gestão eficiente dos recursos. De um lado encontramos empresas que se nutrem das concessões e da ajuda do Estado sem haver a contrapartida de investimento produtivo, e de outro, as boas práticas que encontram na burocracia disfunções que colocam a perder toda iniciativa de real natureza produtiva. Dos empreendimentos do Barão de Mauá na época do Império, vistos com desconfiança pela realeza de D. Pedro II, à década de 60, em que Fernando Henrique Cardoso (1964) já detectava a dependência dos empreendedores paulistas em relação à proteção do Estado, é preciso se livrar destas armadilhas, e reformular as políticas públicas para de fato fomentar o empreendedorismo que se alicerce na articulação inteligente e produtiva dos recursos escassos, como tão bem estuda a Economia.

As propostas que seguem visam complementar as medidas macroeconômicas de estabilização da moeda, das contas fiscais, e a tão unânime, mas ainda pouco efetiva melhoria da educação, sem as quais, no longo prazo, as medidas aqui propostas podem ter seu efeito reduzido. Deste modo, a estabilidade é uma premissa para as propostas a seguir, no entanto a história brasileira tem nos mostrado que não é o suficiente, após o bônus demográfico ter se esgotado. No chamado milagre econômico as parcelas populacionais que foram adicionadas ao total da população economicamente ativa (PEA) e propiciaram o alto crescimento, agora esgotaram, tanto é que nesse início de século a estabilidade que tivemos nos governos FHC e Lula, inclusive o auge de 2010, não foi acompanhado de taxas de investimento competitivas e

tampouco de aumento significativo da produtividade. A taxa de investimento em relação ao PIB está estacionada entre 18% e 19% (HESSEL, 2014).

2.5.1 Eliminando o problema da infraestrutura

Segundo o Banco Mundial (2018, p.34) a política de proteção ao empresário ainda continua no Brasil e dificulta a atração de investimentos externos, uma vez que o investimento em infraestrutura tem caído nos últimos anos em relação ao PIB (gráfico 5), e sua atração na geração de uma infraestrutura é uma possibilidade para voltar a efetuar tanto a integração com as cadeias produtivas externas quanto às internas, aumentando a produtividade pela construção de canais de comunicação mais desobstruídos e ágeis na circulação de mercadorias e conhecimento.

Portanto, a política pública de investimento em infraestrutura deveria estar centrada em investimentos que associem capital público e privado, nacional e internacional, centrados nos gargalos que impedem tanto a circulação de mercadorias e insumos através das redes de transporte, quanto à circulação de informações e conhecimento em redes de conectividade com fibra ótica ou outros meios, aliado ao desembaraço ágil da circulação que não pode ficar presa ou esperando liberações que frente às práticas mundiais são muito longas e onerosas.

Gráfico 5: parcela do PIB referente a investimentos em infraestrutura

	71-80	81-89	90-00	01-11	2012	2013	2014	2015	2016	2017(E)	2018(P)
Energia	2.13	1.47	0.76	0.63	0.68	0.7	0.65	0.68	0.7	0.41	0.46
Telecomunicações	0.8	0.43	0.73	0.67	0.5	0.42	0.52	0.46	0.41	0.29	0.33
Água e Esgoto	0.46	0.24	0.15	0.19	0.2	0.22	0.22	0.17	0.16	0.14	0.14
Transporte	2.03	1.48	0.63	0.65	0.83	0.96	0.92	0.79	0.68	0.53	0.50
Total	5.42	3.62	2.27	2.14	2,21	2.3	2.31	2.1	1.95	1.37	1.43

Fonte: BANCO MUNDIAL - Emprego e Crescimento: A Agenda da Produtividade, 2018

O isolamento imposto pela dificuldade de circulação tanto física quanto virtual ou burocrática, prejudica o contato e disseminação de boas práticas produtivas, como também não expõe as empresas à competição que estimula o empreendedorismo com base na competitividade. A infraestrutura deve ser articulada com a política de abertura comercial e redução da proteção às empresas, fomentando a concorrência.

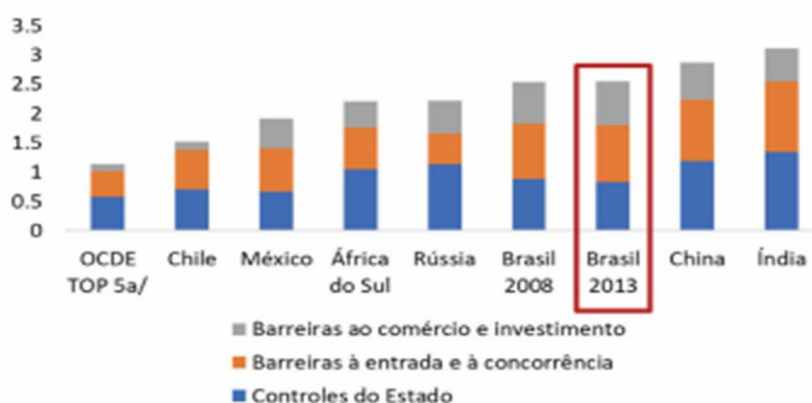
2.5.2 Formas de fomentar a concorrência

No Brasil, as empresas operam em um ambiente com um custo elevado, o conhecido Custo Brasil, que envolve diversos fatores como um mercado financeiro pouco competitivo com altas taxas de juros de mercado, um sistema de impostos demasiadamente complexo, entre

outros. Para tentar alcançar a redução desses custos, os últimos governos têm recorrido a uma série de intervenções no funcionamento dos mercados (financeiro, de produtos e de trabalho), medidas que reduziram ainda mais a concorrência. Foram introduzidas barreiras à importação, isenções fiscais e alíquotas diferenciadas, subsídios de crédito, entre outras medidas usadas para beneficiar indústrias específicas e empresas particulares. Esses benefícios não fizeram quase nada para estimular a produtividade nos setores que os receberam. Ao invés disso, acabaram desestimulando o mercado e gerando incentivos para que empresas já estabelecidas buscassem apoio do governo no lugar de se voltar para processos mais eficientes. O Brasil é um dos países com mais restrições políticas e regulatórias à concorrência (gráfico 6).

Como resultado, temos recursos mal alocados, o crescimento da renda e do emprego enfraquecidos e os consumidores pagam mais caro por produtos de baixa qualidade. A produtividade pode aumentar com a introdução de novas políticas para abrir os mercados brasileiros à concorrência, pois o Brasil, apesar de suas proporções, possui uma das economias mais fechadas do mundo, e as indústrias mais protegidas possuem os preços de venda mais altos (Banco Mundial, 2018 pp. 11). Com o mercado aberto, as empresas protegidas seriam forçadas a se tornarem mais competitivas, assim investindo em maior produtividade de tal forma que o consumidor iria se deparar com produtos de maior qualidade e preço mais baixo, despertando então, possivelmente, o “espírito animal” que até hoje não se manifestou no empresariado brasileiro.

Gráfico 6: comparação das restrições relativas à concorrência



Nota: OCDE top 5 são Áustria, Dinamarca, Holanda, Nova Zelândia e Reino Unido

Fonte: BANCO MUNDIAL - Emprego e Crescimento: A Agenda da Produtividade, 2018

A proteção das empresas custa um valor considerável para o Brasil, em nível federal cerca de 4,5% do PIB em 2016 foram gastos em isenções de taxas, subsídios de crédito e transferências para indústrias e empresas específicas (Banco Mundial, 2018, p.12). Portanto,

além de impedir o aumento da produtividade, a proteção do empresariado gera custos altos ao Estado brasileiro. Porém, devido a esse histórico de proteção, as empresas possivelmente não se adaptariam de imediato à abertura do mercado. Portanto, essa abertura poderia ser realizada de forma seletiva, introduzindo gradativamente o mercado brasileiro à nova concorrência, associado à melhoria da qualificação técnica dos nossos empreendedores na gestão dos recursos.

2.5.3 Busca pela qualificação da gestão e da mão-de-obra

Cardoso (1964) já apontava em pesquisa nos anos 60, sobre a deficiência do empresariado brasileiro no conhecimento e adoção de práticas racionalizadas de produção. No século XXI, novos estudos não apontam grandes melhorias relativas à concorrência internacional. Ainda nos encontramos dentre os países com mais baixa qualidade dos gestores na grande maioria das empresas (BLOOM et al., 2012), salvo as exceções das empresas abertas à competição. A qualidade duvidosa nas práticas gerenciais de quem comanda, repercute provavelmente na tolerância com a qualidade de mão-de-obra operacional também pouco qualificada. Uma política de qualificação dos recursos humanos com foco nas práticas gerenciais e natureza técnica precisam ser associadas com a abertura à competição e, portanto, regionalizada e setORIZADA conforme as necessidades.

O país seria dividido em setores com bases socioeconômicas semelhantes, constituindo redes regionais de qualificação dos dirigentes e gerentes para difusão das boas práticas de gestão, com auxílio de ensino à distância e aproveitamento de recursos já existentes de organizações como SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e outros, porém integrados em um currículo comum com foco nas boas práticas de gestão dos recursos em cada especialidade técnica da região e da gestão como um todo. Tais redes podem ser fruto de uma parceria entre setores do governo e representantes locais. Cada polo teria uma vocação econômica e operacional de tal sorte que seus representantes locais possam ter participação na identificação e resolução dos problemas nas realidades enfrentadas por um modelo de gestão gradativamente mais moderno e com vistas à conscientização da necessidade do equilíbrio no uso dos recursos. Assim seria possível, de forma gradual e direcionada, educar os gestores e trabalhadores de forma prática sobre o conceito da produtividade tendo em vista a situação da produção de cada setor e região geográfica brasileira, incluindo nesse movimento a peculiaridade das pequenas e microempresas.

2.5.4 Incentivando a produtividade nas pequenas e microempresas

Pesquisa realizada pelo IPEA identificou que as pequenas e microempresas do país são umas das principais responsáveis pela baixa produtividade brasileira (HIRATA, 2017), ao

contribuir substancialmente para a redução da nossa média nos indicadores. Há uma grande lacuna entre elas e as médias e grandes empresas. O período da crise econômica não contemplado pela pesquisa pode ter agravado ainda mais esta lacuna. Um fator que favorece esse resultado é a informalidade, que faz parte de um universo que não é contemplado pelas políticas públicas e não oferece qualificação para seus trabalhadores e empreendedores. Isso reduz a possibilidade da empresa de buscar a inovação e o desenvolvimento de seus processos internos, bem como da aplicação de boas práticas de gestão dos recursos. Desta forma as redes e polos de qualificação citados no item anterior (2.5.3) deveriam ter um mecanismo de atração desses empreendedores como forma de garantir a sua qualificação. Como se trata de realidade em que muitos deles se preocupam mais com o sustento imediato e menos com o crescimento de médio e longo prazo, deveria haver um elemento adicional que atraísse esse público além da conscientização.

Uma sugestão é associar os incentivos tributários e sociais recebidos por tais públicos do empreendedorismo à necessidade de frequentar e aproveitar os ciclos de qualificação. Assim como o Bolsa Família é pago àqueles que mantém as crianças na Escola, um programa de BOLSA QUALIFICAÇÃO garantiria os atuais enquadramentos de menor carga tributária dos pequenos e micro negócios, através da contrapartida de participação e aproveitamento nos ciclos de qualificação técnica e gerencial. No médio e longo prazo esses negócios melhorariam sua produtividade através da adoção de boas práticas técnicas e gerenciais, alavancando o crescimento e não necessitando mais dos incentivos tributários que então aliviariam o Tesouro.

Na medida que essas empresas se tornassem mais organizadas e com mais produtividade, o incentivo tributário seria substituído por investimentos em tecnologia apoiados pelo Serviço Público Financeiro, BNDES por exemplo, para fazer frente à abertura comercial que prosseguiria de forma gradual até uma total desregulamentação.

2.5.5 A redução da burocracia tributária e regulamentação

O pagamento dos impostos em si no Brasil é apenas uma das etapas do processo burocrático, antes disso é preciso calcular o valor do tributo a ser recolhido, preencher formulários e analisar um emaranhado de normas para verificar o que pode ser descontado ou transformado em crédito tributário.

O Brasil é um dos países onde mais se gasta tempo para lidar com a burocracia tributária no mundo - 184ª posição dentre 190 países (Banco Mundial, 2017). As empresas gastam em média 1.958 horas por ano para cumprir as regras burocráticas. Tudo isso custa caro. A estrutura que as empresas precisam montar para lidar com essa burocracia consome cerca de 1,5% de seu faturamento anual, apontou uma pesquisa do IBPT (2017). Isso se mostra em um gasto de R\$

60 bilhões em 2016 somente para pagar impostos. É preciso simplificar o pagamento desses tributos, unificando-os e diminuindo a quantidade de normas, que são atualmente mais de 3.790, o que equivale a cerca de 5,9 quilômetros de folhas de papel A4, segundo o IBPT (2017). Ao simplificar tudo isso, os gastos para lidar com a burocracia seriam diminuídos significativamente e então, o dinheiro que é usado atualmente nesse setor poderia ser direcionado para inovações e o aumento da produção eficiente nas empresas.

Por outro lado, há outras regulamentações de outra natureza. Normas para licenciamento dos mais diversos tipos, abertura de empresas, relatórios e informes ao Estado, registros e atendimento às legislações federais, estaduais e municipais. Evidente que muitas normas e leis são necessárias para evitar abusos e usos inapropriados dos recursos econômicos e evitar externalidades negativas como, por exemplo, a degradação ambiental ou prejuízo à saúde pública. Porém elas parecem de grande monta e pouco eficazes. Apesar de todas as normas, somos detentores da marca de uma das maiores tragédias ambientais no caso de Mariana, pela empresa Samarco, e recentemente tivemos as exportações impactadas pelo escândalo da carne fora de padrões sanitários envolvendo vários frigoríficos. É preciso pensar nos processos, na sua simplificação que deve continuar a proteger a população, mas com muito mais eficiência e eficácia. A complexidade atrapalha e prejudica o acompanhamento e fiscalização. Novas tecnologias digitais como o *Blockchain* podem ajudar no monitoramento das transações sem muita burocracia, apenas na medida certa e evitando fraudes.

3. Uma contribuição empírica à melhoria da produtividade a partir da Educação

Uma pesquisa realizada pelo autor procurou identificar se havia disciplinas relacionadas à produtividade nas grades curriculares das escolas de ensino médio e ensino técnico, através dos sites das instituições. Os nomes das disciplinas dos respectivos cursos não faziam alusão direta ao conceito, e também não foi possível averiguar o conteúdo das matérias. Então, o autor prosseguiu a pesquisa realizando entrevistas com 23 alunos de segundo e terceiro ano do ensino técnico, de algumas escolas da Grande São Paulo, por meio das mídias sociais. A maioria, 18 alunos, informou que em nenhum momento foram introduzidos à questão da produtividade, 5 (cinco) declararam que sabiam muito pouco sobre o assunto. A partir dessa sondagem exploratória, propomos um aprofundamento do assunto com vistas à inclusão desse tópico nas matrizes curriculares das escolas brasileiras, em especial nas de ensino técnico. Segundo o Ministério da Educação (2010), no início desse século temos mais jovens realizando cursos de formação profissional como nunca. Porém, esses estudantes que se prepararam para entrar no mercado de trabalho, ao que parece indicar a sondagem, não são apresentados à produtividade

em sua grade curricular ou quando introduzido, o conceito não é visto na profundidade merecida. Uma Olimpíada da Produtividade de âmbito regional e nacional poderia estimular o interesse de alunos e professores. A baixa qualidade de gestão se inicia na Escola, cuja pouca atenção conceitual e prática sobre o assunto irá impactar na formação e aceitação dos cidadãos sobre o assunto, que além de econômico, é de ordem prática e afeta nossas vidas. Ao educarmos os futuros profissionais sobre a importância da eficiência no uso dos recursos, poderemos mudar esse cenário e então, de fato, teremos contribuído para agregar o conceito da produtividade à cultura brasileira

4. Considerações finais

A particularidade brasileira em relação a produtividade discutida aqui, leva em conta não só as evidências internacionais sobre educação, estabilidade econômica, infraestrutura, boa gestão fiscal etc., mas também a necessidade de considerarmos que o comportamento econômico exige uma cultura dos agentes voltada para o uso e combinação racional e eficiente dos recursos, que como a história recente nos tem mostrado, a ausência deste comportamento em nossa cultura é um obstáculo para alcançarmos a plena estabilidade econômica por meio da produtividade. A alta proteção das empresas por parte do governo fez com que práticas presentes na essência do capitalismo, como a concorrência e o investimento crescente em inovação, fossem deixadas de lado. Porém a instituição de um total liberalismo de forma a colocar o empresariado totalmente afastado do apoio do Estado punirá aqueles que sem conhecimento ou oportunidade viveram sempre de forma dependente e que numa abertura rápida à competição serão candidatos ao desaparecimento. É preciso uma transição em que o Estado e seus órgãos promoverão políticas com contrapartida, e uma vez obtido o resultado, deixará gradativamente a operacionalização por parte dos agentes.

Medidas sociais também se tornam importantes, visto que a desigualdade social e falta de educação são claramente fatores que retardam a perspectiva de crescimento da produtividade tanto no Brasil quanto no mundo, a constituição de uma sociedade com oportunidades para todos os seus cidadãos é fundamental para um bom crescimento produtivo. Vale ressaltar que não adianta também simplesmente investir o capital de forma cega em busca da inovação, é preciso analisar todo o plano industrial para que se detecte os pontos críticos que impedem o crescimento produtivo do setor, sendo possível o mínimo investimento para alcançar o máximo crescimento. Antes dos recursos, se deve ser produtivo no próprio raciocínio para então colocá-lo em prática e trabalhar para alcançar a plena produtividade.

5. Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Pagamento de impostos**. Portal Doing Business, 2017. Disponível em: <<http://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/paying-taxes>> Acesso em: 12 Out. 2018.

BANCO MUNDIAL. “**Emprego e crescimento: A Agenda da Produtividade**”. Brasília: Grupo Banco Mundial, 2018.

BEGOVIC, Boris, **PANOECONOMICUS** Vol. 63, Issue 5, 2016, pp. 627-636. Disponível em: <<http://panoeconomicus.org/index.php/jornal/article/download/7/7/>>. Acesso em: 13 Out. 2018.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política - Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura**. Editora Brasiliense, 2014.

BLOOM, Nicholas; GENAKOS, Christas; SADUN, Raffaella; VAN REENEN, John. **Management Practices Across Firms and Countries**, in Academy of Management Perspectives, 2012. Disponível em: <<https://journals.aom.org/doi/10.5465/amp.2011.0077>> Acesso em: 21 Set. 2018.

CARDOSO, F. Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1964.

ELLERY, Roberto Jr. **Desafios para o cálculo da produtividade total dos fatores**, 2014, in NEGRI, Fernanda de; CAVALCANTE, Luiz R. Produtividade no Brasil, desempenho e determinantes. Volume 1. Brasília: IPEA, 2014^a.

HESSEL, Rosana. **Taxa de investimentos em relação ao PIB no Brasil é baixa**. 2014. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/07/internas_economia,485320/taxa-de-investimentos-em-relacao-ao-pib-no-brasil-e-baixa.shtml>. Acesso em: 12 out. 2018.

HIRATA, Taís. **Pequenas empresas derrubam produtividade brasileira, diz Ipea**, 2017 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1927951-pequenas-empresas-derrubam-produtividade-brasileira-diz-ipea.shtml>> Acesso em: 5 Out. 2018.

IBPT. **Empresas gastam 1.958 horas e R\$ 60 bilhões por ano para vencer burocracia tributária, apontam pesquisas.** 2017. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/noticia/2627/Empresas-gastam-1-958-horas-e-R-60-bilhoes-por-ano-para-vencer-burocracia-tributaria-apontam-pesquisas>>. Acesso em: 12 out. 2018.

KRUGMAN, Paul. **The Age of Diminished Expectations.** 3ª edição. Cambridge, The MIT Press, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Brasil duplica número de escolas de educação profissional,** 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/15000-brasil-duplica-numero-de-escolas-de-educacao-profissional>> Acesso em: 13 out. 2018.

NEGRI, Fernanda de; CAVALCANTE, Luiz R. **Produtividade no Brasil, desempenho e determinantes.** Volume 1. Brasília: IPEA, 2014a.

NEGRI, Fernanda de; CAVALCANTE, Luiz R. **Os dilemas e os desafios da produtividade no Brasil,** 2014b in NEGRI, Fernanda de; CAVALCANTE, Luiz R. Produtividade no Brasil, desempenho e determinantes. Volume 1. Brasília: IPEA, 2014a.

OECD. **“The Future of Productivity”.** OECD, 2015.

PINKER, Steven. **O Novo Iluminismo.** Editora Companhia das Letras, 2018.

THE ECONOMIST. **“The 50-year snooze”.** 2014. Disponível em <<https://www.economist.com/the-americas/2014/04/19/the-50-year-snooze>> Acesso em: 14 set. 2018.